

Área Arqueológica do Freixo acolhe Escola Profissional de Arqueologia

por Cláudia Veloso

Dezanove anos depois do historiador Lino Tavares Dias ter dado início às primeiras escavações arqueológicas no Freixo, a dois quilómetros de Marco de Canaveses, que puseram a descoberto uma imensa cidade romana, os 50 moradores da aldeia viram a sua pacatez “invadida” por perto de uma centena de jovens alunos da Escola Profissional de Arqueologia (EPA). A chamada Área Arqueológica do Freixo, 32 hectares classificados como Monumento Nacional onde se situam as ruínas de Tongobriga, serve actualmente de *campus* pedagógico à Escola, criada em 1990, através do Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional (GETAP) do Ministério da Educação e do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR).

A EPA surge precisamente da necessidade, constatada, ao longo de dez anos de investigação arqueológica, da carência de técnicos e operários especializados, que praticamente não existiam no país. *“A nossa preocupação não estava na qualificação de arqueólogos, porque essa tarefa é cumprida pelas Universidades, mas ao nível de técnicos intermédios capazes de intervir na investigação, na salvaguarda e na conservação preventiva. Aproveitando a novidade que era o lançamento das escolas profissionais como alternativa de formação técnica e profissional, que pretende proporcionar perspectivas de inserção qualificada no mundo do*

trabalho, avançámos com este projecto”, refere Lino Tavares Dias, director da Escola e responsável pela vizinha estação romana de Tongobriga. A proposta foi bem recebida pelas entidades competentes, e a Escola iniciou a actividade com o curso de **Assistente de Arqueólogo** que, com a supervisão do arqueólogo,



executa tarefas específicas de campo e de laboratório, entre as quais se contam escavações, recolha, inventariação e tratamento de materiais arqueológicos, topografia, desenho e fotografia. Além disso, espera-se que estes profissionais participem em actividades de estudo, conservação e valorização do património arqueológico.

Após o lançamento deste curso, a EPA e as entidades empregadoras, foram sentindo, gradualmente, outro tipo de necessidades, *“nomeadamente ao nível da apresentação e divulgação dos trabalhos realizados. Os investigadores, os arqueólogos, os labo-*

ratórios investigavam, encontravam elementos, mas depois não lhes conseguiram dar a devida visibilidade. Além disso, ao percorrermos o país, constata-



Lino Tavares Dias, Director da Escola Profissional de Arqueologia



Rosa Maria Soares, Directora Pedagógica da Escola Profissional de Arqueologia

mos que nas igrejas e nos monumentos se encontram pessoas que não têm formação específica para estarem nesses lugares, aprenderam uma ladainha há muitos anos que repetem insistentemente aos visitantes. O nosso objectivo com o lançamento do curso de Técnico de Gestão e Divulgação de Património foi requalificar estas profissões, introduzindo gente nova no mercado, que saiba utilizar novas técnicas de divulgação”, recorda Lino Tavares Dias. No entanto, a avaliação permanente dos cursos ministrados levou à suspensão temporária deste curso “porque, infelizmente, não há ainda exigências do mercado a este nível, e não queremos formar técnicos para o desemprego. Penso que o curso foi muito inovador para a altura”. acrescenta o director da

Escola.

Entretanto, teve início um outro curso: o de Assistente de Conservação de Património Cultural, que não se dirige exclusivamente para a vertente arqueológica, mas sim para o património na sua globalidade. A criação deste curso resultou de uma análise conjunta com a presidência do IPPAR, e privilegia uma atitude preventiva. “Havia muito a tendência para o restauro, numa atitude de intervenção a posteriori. A nossa experiência levou-nos a apostar na qualificação de jovens que garantam a manutenção permanente, por exemplo, de um monumento, numa atitude preventiva”. Os primeiros alunos a serem lançados para o mercado de trabalho nesta área terminam a sua formação este ano, e deverão ser absorvidos pelo Ministério da Cultura, através do IPPAR, ou por outras instituições paralelas que têm património à sua guarda. “É uma área que está em manifesto crescimento, e que por esse motivo terá uma saída profissional semelhante à de Assistente de Arqueólogo”, acredita Lino Tavares Dias. De facto, a taxa de empregabilidade no curso de Assistente de Arqueólogo é superior a 100%, pois, apesar dos docentes não incentivarem a prática, muitos alunos são integrados em empresas mesmo antes de concluírem os seus cursos, o que demonstra as necessidades do mercado e o sucesso do curso.

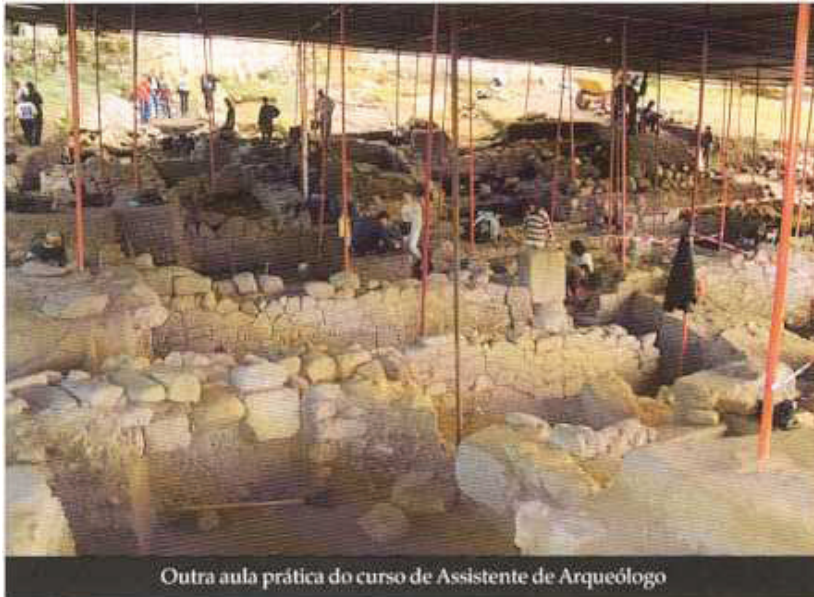
A empregabilidade dos alunos de

curso de Assistente de Conservação poderá ser idêntica, já que, para Lino Tavares Dias, “começa a haver um mercado emergente de valorização e recuperação de património de uma forma integrada. Durante muito tempo houve a noção de que a recuperação de património era feita através de obras de construção civil. Hoje sabe-se que é preciso integrar saberes, e já começam a surgir empresas e profissionais que dão resposta com qualidade. Mas é evidente que essa qualidade tem que ser reforçada, assim como a quantidade de intervenientes”. Com este curso, pretende-se evidenciar a filosofia da preservação, ou seja, “os jovens podem realizar alguma recuperação, mas o seu objectivo primordial é evitar que o monumento se degrade. Tem que haver alguém capaz de ler, com alguma facilidade, as necessidades que um monumento tem, numa dada altura, para que não se registem as grandes degradações, muitas vezes resultado de pequenas necessidades”.

As crescentes solicitações do mercado e a valorização das áreas ligadas à conservação do património têm, de facto, incentivado os jovens para estes cursos. Aos candidatos com o 9º ano de escolaridade, e após uma pré-selecção que inclui entrevista, a Escola Profissional de Arqueologia garante um curso de três anos, num total de 3600 horas de formação, estruturado em disciplinas e módulos. Ao terminar o curso, o aluno tem equivalência ao 12º ano e, simultaneamente, a qualificação



Aula prática do curso de Assistente de Arqueólogo



Outra aula prática do curso de Assistente de Arqueólogo

profissional correspondente à certificação de nível 3 da União Europeia. Embora estes cursos viabilizem o acesso ao ensino superior, o objectivo fundamental é formar técnicos intermédios vocacionados para as distintas tarefas da investi-



Marco Milário

gação em arqueologia, salvaguarda, defesa e valorização do património. As 1200 horas de formação anuais contemplam as vertentes sócio-cultural, científica e técnica, tecnológica e prática, sendo esta última a área onde intervêm mais concretamente as especificidades de cada curso. "A riqueza do ensino profissional está na articulação entre estas diversas componentes. Desta forma é possível desenvolver uma série de conhecimentos

e experiências úteis para o exercício de uma actividade profissional. Além disso, temos uma preocupação muito grande quer ao nível dos conteúdos, quer do relacionamento entre os diversos profissionais. Ao completarem o 12º ano, os alunos já passaram por acções de investigação concretas, em todo o país, com investigadores diferentes, o que lhes permite desenvolver com a devida competência a sua profissão. E saem com 20, 21 anos para uma vida profissional que hoje é compensadora, enquanto que a maior parte das pessoas que integram o ensino superior só o concluem por volta dos 25 anos, muitas vezes com saídas profissionais mais limitadas", sublinha Rosa Maria Soares, directora pedagógica da EPA, ao que Lino Tavares Dias acrescenta "a importância da aplicabilidade das diversas matérias ministradas".

Condição fundamental para a conclusão do curso é a realização de uma Prova de Aptidão Profissional, durante o último ano, e apresentada publicamente. Este trabalho deve reunir os diversos conhecimentos adquiridos ao longo do curso e revelar algum espírito crítico do aluno em relação ao tema eleito para objecto do estudo.

A EPA tem ainda protocolos institucionalizados e parcerias quer com o IPPAR, que é simultaneamente promotor da Escola, quer com Câmaras Municipais, museus e empresas privadas. Durante o ano, os

alunos de ambos os cursos realizam períodos de formação em contexto de trabalho nessas instituições, acompanhados por docentes da Escola. "Há já um patamar de qualificação dos alunos e uma confiança por parte dessas instituições que permite o desenvolvimento destes trabalhos", refere o director da EPA.

Para garantir as tarefas de investigação, conservação e divulgação deste vasto sítio arqueológico, o IPPAR instalou na própria aldeia o Gabinete da Área Arqueológica do Freixo. Aqui é associada diariamente a escavação arqueológica, a investigação, a salvaguarda e a valorização, interligando-as permanentemente com a formação. Estruturas autónomas, Gabinete e Escola procuram aliar o ambiente de investigação, que diariamente se vai desenvolvendo na estação arqueológica, e o de formação de técnicos intermédios. A formação desses alunos em contexto de trabalho, parte integrante do plano de estudos, é preferencialmente desenvolvida em Tongobriga, quer participando em tarefas de campo, quer em trabalhos de laboratório, adquirindo conhecimentos pelo contacto directo com os terrenos, a terra, as ruínas, manuseando os próprios objectos arqueológicos. Na Escola Profissional de Arqueologia estão, assim, bem visíveis a reflexão e o rigor exigidos a quem trabalha diariamente sobre um espaço arqueológico de grande valor patrimonial. ■

No âmbito do projecto Reviver Tongobriga decorreu, durante o ano lectivo de 1998/99, a Exposição Itinerante intitulada "A Romanização - Entre o Mar e o Marão", destinada essencialmente às escolas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e às escolas secundárias da Zona Norte da Direcção Regional de Educação do Norte. Organizada pela EPA com o patrocínio do Governo Civil do Porto, do Ministério da Educação, do IPPAR, e do FEDER, a exposição apresentou novos contributos da investigação arqueológica para o conhecimento da romanização desta região do Noroeste da Península Ibérica.